



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

30/04/2013



INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. OUVIDORIA.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	4
3.2. CASO DÉCIO SÁ.....	5 - 7
3.3. COMARCAS.....	8
3.4. DECISÕES.....	9
3.5. OUVIDORIA.....	10 - 11
3.6. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	12 - 13
4. JORNAL EXTRA	
4.1. DECISÕES.....	14 - 15
4.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	16 - 17
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. CASO DÉCIO SÁ.....	18 - 19
5.2. DECISÕES.....	20
5.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	21 - 22
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. OUVIDORIA.....	23
6.2. VARAS CRIMINAIS.....	24
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AÇÕES TJMA.....	25
7.2. DECISÕES.....	26 - 28
7.3. OUVIDORIA.....	29
7.4. PROJETO RECONHECER É AMAR.....	30
7.5. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	31
7.6. VARA DA MULHER.....	32

▶ CÂMARA ◀

SERVIDORES AMEAÇADOS

Decisão do Tribunal de Justiça, que determina a demissão de funcionários do Legislativo municipal, deve afetar principalmente os servidores com menor poder aquisitivo

CLODOALDO CORRÊA

Uma disputa entre o legal e social. A discussão também gira em torno do que seria social e o problema da geração de emprego em nossa sociedade. O serviço público acaba sendo uma válvula de escape para falta de emprego. Este problema surge justamente pelo que vem ocorrendo com a Câmara Municipal de São Luís. São 257 funcionários não estáveis. A Justiça pede que a presidência da Câmara Municipal de São Luís demita estes funcionários e realize concurso público. A direção da Casa se defende alegando que ainda espera a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que torne efetivos estes servidores. No meio do fogo cruzado, a incerteza.

Dentre os funcionários que podem perder o emprego, a grande maioria recebe um salário mínimo. Com baixo nível de escolaridade muitos não

entendem porque estão com os empregos ameaçados. Os salários dos funcionários que foram convenionados pela denominação "Serviço Prestado", ou SP's, varia entre um e três salários mínimos, exceto para os que exercem cargos de chefia. Quase metade deste total (117) recebe um salário mínimo. O total destes servidores chega a 531 funcionários. Destes, 257 entraram em exercício após 5 de outubro de 1988, portanto não tem estabilidade. Assim, deveriam ser demitidos, de acordo com a decisão da Justiça.

Uma funcionária, que preferiu não se identificar, disse que não sabe o que fazer, pois é funcionária há 12 anos da Câmara e só tem dali para retirar seu sustento e de seus dois filhos. "Se me tirarem eu não sei para onde vou. Eu não tenho como arranjar outro serviço agora. É só daqui que eu tiro meu sustento", declarou.

O presidente da Câmara

Municipal alega justamente que o problema é o fator social, por estas pessoas estarem na Casa há muito tempo e não terem condições, pela idade e conjuntura do mercado de trabalho, para arranjar outro emprego. "São servidores que têm 10, 15, 18 anos de serviço prestado, mas não são efetivos. Eles têm uma longa folha de serviço prestado ao parlamento e á sociedade ludovicense. Nós não podemos deixa-los assim. Nossa intenção é buscar a saída jurídica para contemplá-los", informou.

Pereirinha evita no momento comentar a decisão do Tribunal de Justiça para demitir os funcionários. Ele diz que só irá se manifestar quando for notificado, mas que já está buscando junto à Procuradoria da Casa uma maneira para recorrer da decisão.

SERVIDORES

A maioria dos servidores não entendeu a decisão e não

tinha a real noção da forma como seu emprego estava ameaçado. Quando questionados por **O Imparcial**, não sabiam direito do que se tratava e não queriam ser identificados.

O procurador do Ministério Público de Contas, Douglas Paulo da Silva, discorda do argumento social para a não demissão dos funcionários não efetivos. Para o procurador, a função social não pode ultrapassar a legal. "Aí entramos no embate social e ilegal. Vamos ver da outra ponta, quantos estão estudando, trabalhando no setor privado durante o dia e fazendo cursinho à noite, querendo uma oportunidade em um concurso público. Enquanto isso se prioriza quem entrou pela janela? Assim se beneficiam poucos em detrimento da coletividade. Se fosse contado pelo fatos desemprego, deveríamos pegar todos os desempregados de São Luís e levar para trabalhar

na Câmara, o que não acontece", responde.

Douglas Paulo fez parte da Ação contra a Câmara Municipal neste caso. Sobre os servidores com cargo comissionado, ele disse que não haveria previsão do quantitativo, mas que a lei já prevê, que estes cargos deveriam ser preenchidos para assessoramento e direção. Assim, não poderia ser solução transformar os SPs em cargos comissionados, uma vez que estes precisam ter previsão e preencher estes requisitos.

No entendimento do Procurador, a organização do concurso público deve ser feita imediatamente. Como existe o princípio da Continuidade do serviço público, as demissões não poderiam se dar todas de uma só vez e imediatamente, pois iria paralisar as atividades da Câmara, mas o concurso deveria ser realizado, para, aos poucos, as substituições serem feitas.

CARATATIUA

Moradores elogiam audiência com o TJMA

Dúvidas, reclamações, elogios e sugestões acerca do funcionamento da Justiça estadual foram destaques da primeira audiência pública do ano promovida pela Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão. O encontro na União de Moradores do Caratatiua, na

última sexta-feira (26), foi conduzido pelo desembargador-ouvidor Lourival Serejo, e teve como foco aproximar a comunidade do Judiciário.

Durante o ato a comunidade esclareceu dúvidas sobre andamento processual, morosidade, estrutura e acesso à

Justiça, indenizações por danos morais e materiais, ocupação indevida de imóveis e empréstimos.

As manifestações foram registradas e serão encaminhadas a setores do Judiciário para providências. Os interessados serão informados por e-mail ou telefone quanto ao andamento das demandas.

O coordenador René Carvalho Bayma garante que a aproximação do órgão com comunidades permite esclarecer, em tempo hábil, assuntos pertinentes. "Queremos extinguir a ideia de que o Judiciário é inatingível e aproximá-lo cada vez mais da sociedade", afirma.

Varas judiciais

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instala oito varas judiciais hoje, no Fórum de São Luís (Calhau). A solenidade terá início às 9h e será conduzida pelo presidente da Corte, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. Sete varas atuarão na esfera cível e a oitava Vara de Interesses Difusos e Coletivos - uma novidade no Judiciário estadual. As unidades vão dinamizar a estrutura de serviços da Justiça de 1º grau.

Cutrim pede criação de CPI para apurar crimes de agiotagem

Líder do PSD na Assembleia Legislativa disse que acusações feitas contra prefeitos e deputados precisam ser melhor apuradas. **Política 3**

Cutrim propõe criação de CPI e quer ser investigado pela Comissão de Ética da AL

Deputado nega ter participação na morte do jornalista Décio Sá; nome dele também foi ligado à prática de agiotagem; em discurso na Casa, ele acusou de parcialidade o MP

Gilberto Léda
Da editoria de Política

O líder do PSD na Assembleia Legislativa, deputado Raimundo Cutrim, pediu ontem a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os crimes de agiotagem descobertos após a elucidação do assassinato do jornalista Décio Sá. O assunto foi tema de uma série de reportagens da TV *Mirante*, semana passada, com a apresentação de vasta documentação inserida nos autos do processo.

Em dois pronunciamentos durante a primeira sessão plenária da semana, o parlamentar disse que as acusações feitas contra "prefeitos e deputados" são sérias e precisam ser melhor apuradas.

"O primeiro [requerimento] para criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigue o crime de agiotagem envolvendo prefeitos e deputados, noticiados pela imprensa e pela Secretaria de Segurança Pública. A acusação é séria, pois atinge a

classe política, que tem a obrigação de servir de modelo para a sociedade", disse.

O requerimento de autoria de Cutrim já conta com as assinaturas de Eliziane Gama (MD), Zé Carlos (PT), Bira do Pindaré (PT), Cleide Coutinho (PSB) e Neto Evangelista (PSDB), além da subscrição do próprio autor. Par ser criada a CPI, o documento precisa de outras nove assinaturas.

Ética - Um segundo requerimento apresentado pelo deputado é inédito. De forma verbal, Raimundo Cutrim requereu a abertura de processo contra ele próprio na Comissão de Ética da Casa. Para o deputado, o pedido "é essencial para esclarecer todas as acusações que fizeram acerca da minha participação em crimes de agiotagem, assassinato e grilagem durante o meu mandato".

Cutrim sugeriu que sejam convocados o assassino do jornalista Décio Sá, Jhonatan de Souza Silva, e outros acusados de envolvimento na trama, para uma acareação com ele. "Registro a minha solicitação de que eu seja convocado, senhor presidente, para responder junto à Comis-

são de Ética por processo disciplinar das acusações que estão sendo feitas quanto a minha pessoa. Por isso, torna-se necessária a convocação dos indiciados: o Jonathan, o *Júnior Bolinha*, o capitão Fábio Aurélio, enfim, outros que se fizerem necessários para uma acareação no que diz respeito à minha participação no assassinato de Décio Sá", pediu.

O parlamentar solicitou, ainda, a convocação do secretário de Estado da Segurança Pública, Aluísio Mendes, e dos delegados que investigaram o assassinato de Décio Sá, além da presença na Assembleia Legislativa da procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha, para explicar o que ele considerou "engavetamento" de uma representação contra Mendes, acusado por Cutrim de haver manipulado o inquérito.

O pessedista chegou a citar os danos a sua imagem devido à citação do seu nome como envolvido em diversos crimes nos últimos anos como uma das causas da morte de um dos seus filhos, Henrique Cutrim, encontrado morto em casa no dia 1º de abril. "Esses fatos, senhores deputados, já atingiram e causaram danos a

minha imagem perante o povo do meu estado e também do Brasil, assim como já atingiram a minha família a um ponto insustentável, podendo até considerá-los responsáveis pela morte do meu filho amado", concluiu.

O presidente da Assembleia, deputado Arnaldo Melo (PMDB), disse que todos os pedidos de Cutrim serão "devidamente analisados", tanto pela Mesa Diretora, quanto pela Procuradoria Legislativa. "Estaremos aqui atentos, acompanhando o desenrolar dos fatos, e o requerimento de Vossa Excelência será devidamente analisado pela Mesa Diretora e pela Procuradoria da Casa, para que se resguardem todos os direitos do deputado", ressaltou.

Mais

Durante seus dois pronunciamentos, Raimundo Cutrim voltou a negar participação no assassinato do jornalista Décio Sá ou em esquemas de agiotagem. "Eu nunca pedi emprestado dinheiro a ninguém, eu nunca emprestei porque eu não tenho dinheiro para emprestar, as minhas campanhas foram sempre humildes e eu nunca indiquei A, B ou C para prefeito, nunca vendi uma emenda parlamentar, como o próprio Decio Sá, em 2011, publicou e eu pedi aquela investigação que não passou na época", disse.

Relator espera parecer sobre processo no TJ

O desembargador Lourival Serejo, relator do pedido da Polícia Civil para que se iniciem investigações sobre a suposta participação do deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD) na morte do jornalista Décio Sá, solicitou ontem manifestação da Procuradoria Geral de Justiça sobre a forma como se deu a distribuição do processo.

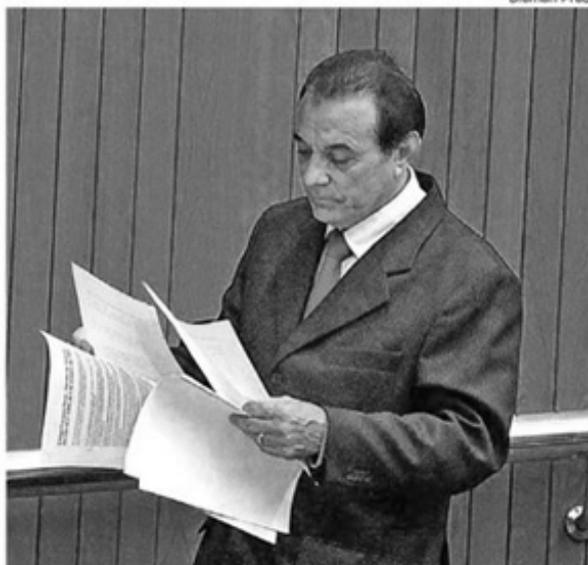
Em despacho assinado no fim da manhã, ele lembrou que o Regimento Interno do Tribunal de Justiça é omissivo quanto à distribuição de processos que envolvam detentores de foro privilegiado e pediu o parecer do MP.

A decisão de Serejo foi dada horas antes de Cutrim subir à tribuna da Assembleia para solicitar que a procuradora Regina Rocha não mais se pronuncie em qualquer ato relacionado ao suposto envolvimento dele no Caso Décio".

O pedido de investigação do deputado chegou semana passada ao gabinete do desembargador José Luiz Almeida, após sorteio. Mas, argumentando a necessidade de se evitar "nulidade processual", ele determinou nova distribuição. Segundo o magistrado, no primeiro apenas os integrantes das Câmaras Criminais foram incluídos.

Em entrevista a **O Estado**, Cutrim também questionou o trâmite do processo. Segundo ele, em dezembro do ano passado o pedido para que o TJ autorizasse a investigação já havia sido arquivado. "Após as denúncias, fui apanhar cópia do processo, onde não há nada de novo. O que há é um ofício da juíza, escrito à mão, e depois um despacho assinado pelo presidente, mandando arquivar o procedimento. Isso foi arquivado no dia 4 de dezembro. Quando foi agora 18 de abril, outro documento, encaminhando para as Câmaras Criminais, onde o dr. José Luiz [Almeida] analisou e encaminhou o documento para o Pleno, que foi novamente distribuído", completou.

Biaman Prado



Cutrim levou à tribuna da Assembleia uma série de documentos

Falsos oficiais de Justiça roubam bens de vítimas na Comarca de Imperatriz

O juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, diretor do Fórum Henrique de La Rocque, alerta a população para se certificar quando receber intimação em casa

IMPERATRIZ - Algumas pessoas estão se passando por oficiais de Justiça para aplicar golpes na área da Comarca de Imperatriz. O alerta partiu do juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, diretor do Fórum de Justiça Ministro Henrique de La Rocque Almeida, que ainda não formalizou o caso à polícia.

O magistrado decidiu fazer o alerta público depois de ter tomado conhecimento de que algumas pessoas, supostamente uma quadrilha, estavam se passando por oficiais de Justiça para roubar bens das vítimas.

Sem citar nomes nem de suspeitos ou de vítimas, o juiz disse apenas que algumas pessoas munidas de documentos, identificações e assinaturas de juízes falsas, vêm se passando por oficiais de Justiça para cometer crime de estelionato. "Eles chegam até as vítimas, supostamente intimadas, com mandados de busca e apreensão falsos", detalhou.

Diante da situação, Adolfo Pires da Fonseca Neto orientou as pessoas que receberem intimação para que chequem a veracidade do documento. Ele sugere que, se a pessoa intimada estiver realmente respondendo por algum processo na Justiça, convide o oficial de Justiça para ir com ela ao fórum e, caso haja recusa, por parte do então oficial, o caso deve ser encarado como um falso oficial e as medidas cabíveis devem ser adotadas.

O diretor admitiu que essa situação constrange os oficiais de Justiça da Comarca de Imperatriz, mas achou por bem tornar o caso público para alertar a população sobre os golpistas.

No caso da pessoa que teria caído no golpe e entregue um carro financiado só porque estava



Adolfo Neto diz que o falso oficial de Justiça constrange categoria

com o pagamento de parcelas em atraso, o juiz disse que a Polícia Civil já deu início às investigações.

O juiz ainda divulgou aos meios de comunicação a lista completa dos oficiais de Justiça lotados na comarca para facilitar a identificação por parte da população. Todos eles têm carteira de identificação que podem ser solicitadas pelas pessoas no ato da entrega de uma intimação.

O oficial de Justiça cumpre as determinações legais e judiciais atribuídas aos cartórios oficiais e extra-judiciais, lavrando atos, autuando processos, procedendo registros, expedem mandados, traslados, cartas precatórias e rogatórias e certidões, registram documentos e realizam di-

ligências, tais como citações, intimações, prisões e penhoras; prestam atendimento ao público, redigindo procurações, autenticando documentos.

Punição - Falsa identidade consiste em se fazer passar por outra pessoa, com o objetivo de obter alguma vantagem ou prejudicar alguém, como, por exemplo, aquele que se identifica com nome fictício para obter crédito ou indivíduo que se identifica falsamente pode ser punido com três meses a um ano de detenção ou multa.

Já o uso de documento falso pode levar a pessoa que está portando e o apresenta como verdadeiro a pena semelhante ao que tem falsa identidade.

Arquivo

Mais

Oficiais de Justiça do Fórum Henrique de La Rocque Execução de Mandados

César de Jesus Vieira
 Claudston da Silva Cunha
 Clayton M. dos Santos
 Daise Marciel Rabalho
 Diogo Martins Jacome
 Edilson Pereira de Brito
 Everino Pereira da Silva
 Francidilson Silva Oliveira
 Francisco de Araújo Batista
 Gladstânia Teixeira S. Soares
 Hermione de Souza
 João Pereira da Silva
 Sobrinho
 Juvenal Botelho Almeida
 Katiúscia Noleto Silva
 Leila Rezende Leal
 Luciana Maria C Rabelo
 Luziane Silva Ponciano
 Maria José Barros Lima
 Pedro Antonio Costa
 Raimundo da C. Rodrigues
 Rainaldo dos Santos Vieira
 Renata Tebas de Moraes
 Rivelino Alves Pereira
 Shirléia Cabral Silva
 Wilton J. B. de Araújo
 Workman Jardel P. Pereira
Vara de Execuções
 Neyvan Amorim Barros
 Ranes Lima Miranda
Vara da Mulher
 Rafaela Castro Matos
 Marcio Flavio Araújo Portela
Vara da Infância
 Almir Coêlho Cardoso
 M^o de Jesus A. Costa
1º Juizado Cível
 Arnaldo Bruno S. Oliveira
 Vitor Luiz da Cruz Vieira
2º Juizado Cível
 Airton da Silva Tavares
 Ludugero Pereira de Sá Neto
Juizado Criminal
 Anderson Fábio C. Bogéa
 Gleydysson J. B. de Carvalho

Alívio

O Tribunal de Justiça tomou ontem uma decisão que foi comemorada efusivamente pelo prefeito Edivaldo Júnior.

O TJ atendeu a ação da Procuradoria Geral do Município (PGM) e autorizou a Prefeitura a pagar precatórios vencidos até 31 de dezembro de 2012 em parcelas mensais e sucessivas.

A decisão tira as contas do Município do sufoco.

Ouvindo

Sem alarde e com trabalho intenso, o desembargador Lourival Serejo vem ampliando o raio de ação da Ouvidoria do Tribunal de Justiça.

No fim da semana passada, ele foi à União de Moradores do Caratatiua, onde mostrou como é feito o acesso à Justiça.

Ouviu muitas reclamações, dúvidas e sugestões dos moradores.

Ouvidoria

Dúvidas, reclamações, elogios e sugestões acerca do funcionamento da Justiça estadual foram destaques da primeira audiência pública do ano promovida pela Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão. O encontro na União de Moradores do Caratatiua, na sexta-feira (26), foi conduzido pelo desembargador-ouvidor Lourival Serejo, e teve como foco aproximar a comunidade do Judiciário.

Feriado vai alterar rotina da capital amanhã

Cinemas e praças de alimentação dos shoppings de São Luís e serviços essenciais funcionarão amanhã, feriado do Dia do Trabalho. **Cidades 1**

Rotina de São Luís é alterada com o feriado

Diego Chaves

Lojas de shoppings e agências bancárias não funcionarão no Dia do Trabalho

O feriado de amanhã, Dia do Trabalho, vai alterar a rotina de São Luís. Órgãos públicos, estabelecimentos comerciais, agências bancárias, lotéricas e dos Correios, supermercados, shoppings, terão o seu horário alterado. Segundo a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), todas as lojas do centro da capital estão fechadas nesta quarta-feira. Nos shoppings apenas cinemas e praças de alimentação funcionam, com horário diferenciado.

A Prefeitura de São Luís informou que apenas os serviços essenciais relativos às áreas de urgência (saúde, limpeza pública, guarda municipal, fiscalização de trânsito e terminais de integração de passageiros) funcionarão durante o dia de amanhã. Todos os órgãos da administração municipal estarão fechados. O mesmo ocorre com as repartições estaduais. Nos hospitais, será prestado apenas o atendimento de urgência e emergência. As delegacias funcionam em regime de plantão.

No Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça e comarcas do estado não haverá expediente amanhã. O plantão judiciário funcionará normalmente para atender casos considerados de urgentes, como mandados de segurança, habeas corpus e outras medidas que exijam providência imediata.

Quem precisar de serviços bancários deverá procurar canais alternativos de atendimento como caixas eletrônicos, internet banking e os serviços via telefone móvel ou fixo, pois todas as agências bancárias, dos Correios e casas lotéricas estarão fechadas durante todo o dia. Os supermercados da capital também seguem o feriado nacional e não abrem suas portas amanhã.



Casas lotéricas não vão funcionar durante o feriado do Dia do Trabalho

O que funciona

- Lojas da Rua Grande** - Fechadas
- Supermercados** - Fechados
- Hospitais e delegacias** - Funcionarão os plantões
- Bancos** - Fechados
- Repartições públicas** - Fechadas
- Agências dos Correios** - Fechadas
- Casas Lotéricas** - Fechadas
- Tropical Shopping** - Praça de alimentação
- Jaracati Shopping** - Fechado
- Rio Anil Shopping** - Academia das 10h às 15h; praça de alimentação das 12h às 22h; cinema das 13h às 22h; parque de diversão das 12h às 22h
- Shopping da Ilha** - Praça de alimentação e o parque de diversões das 12h às 22h
- São Luís Shopping** - Cinema das 13h às 22h; praça de alimentação das 12h às 22h

Shoppings - Os shoppings da cidade também alteraram seu horário de funcionamento por causa do feriado. O Monumental Shopping e o Jaracati Shoppings estarão com todas as lojas, quiosques e restaurantes fechados. No Tropical Shopping, apenas os restaurantes Távolla Grill e o Taipan abrem no horário de almoço. As lojas do Shopping da Ilha estarão fechadas. Apenas a praça de alimentação e o parque de diversões funcionam

de 12h às 22h.

No São Luís Shopping, estarão abertos apenas o cinema, das 13h às 22h, e a praça de alimentação, das 12h às 22h. No Rio Anil Shopping, a academia abre das 10h às 15h, a praça de alimentação funciona das 12h às 22h e o cinema, das 13h às 22h. Parque de diversões abre das 12h às 22h. Todas as lojas, quiosques, supermercados e outros estabelecimentos que funcionam nos dois shoppings estarão fechados.

TJ manda Bradesco
indenizar em R\$
300 mil cliente que
levou tiro no rosto

PÁGINA 3

TJ manda Bradesco indenizar em R\$ 300 mil cliente que levou tiro no rosto

Homem que foi vítima de assalto nas dependências do banco Bradesco e foi alvejado no rosto por um tiro de fuzil, receberá uma indenização de R\$ 300 mil a título de danos moral e estético, R\$ 124 mil por dano material e R\$ 2.750 de pensão por tempo suficiente ao seu restabelecimento.

A indenização será paga pelo Bradesco, por decisão da 1ª Câmara Cível do TJMA, que manteve sentença do juiz Douglas Amorim, da 3ª Vara Cível da capital.

O crime aconteceu em janeiro de 2008, quando o ra-

paz, funcionário de uma loja de móveis, estava a trabalho na agência da instituição financeira em Maracaçumé, que foi invadida por seis homens fortemente armados anunciando assalto, fazendo reféns e ameaçando os clientes de morte. Eles trocaram tiros com a polícia e uma bala atingiu o rosto da vítima que foi submetido a cirurgias em São Luís com custo total de R\$ 124.551,66.

Ele alegou não ter condições de arcar com a despesa e disse ter sofrido demasiadamente com o fato, com sequelas psicológicas irrep-

ráveis. Apesar das diversas cirurgias, seu rosto ficou completamente deformado.

O banco, ainda, recorreu da condenação pedindo a extinção do processo, negando sua obrigação de indenizar porque não seria o responsável pelo prejuízo sofrido pela vítima, pois os disparos teriam sido feitos fora da agência.

O desembargador Jorge Rachid, relator do recurso, citou entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para refutar os argumentos do banco, considerando que as instituições financeiras possuem responsabilidade de sal-

vaguardar a integridade dos seus clientes ou transeuntes, pois roubos e furtos, longe de constituírem caso fortuito ou de força maior, são riscos inerentes à atividade econômica.

Ele ressaltou que a precariedade do sistema de segurança do banco foi demonstrada pelo fato de os clientes terem sido levados como reféns, o que fez criar o dano causado.

“A indenização deve ser mantida, tendo em vista que houve risco de morte e o rapaz teve sua face desconstituída, ficando impossibilitado de trabalhar”, avaliou.

Apenas 15% do eleitorado
ludovicense se recadastraram
no biométrico do TRE

PÁGINA 5

AFONSO MANOEL

Iniciado desde o início do mês de março, o recadastramento biométrico começa a trazer preocupações. Até o momento somente cerca de 70 mil eleitores dos 680 mil da capital maranhense, fizeram o procedimento, o número corresponde a 15% do eleitorado ludovicense.

“Apenas 15% do eleitorado ludovicense fizeram o recadastramento biométrico do TRE”

Diante desse fato, o deputado estadual Afonso Manoel (PMDB) acendeu o alerta e pediu uma maior preocupação por parte das instituições diretamente envolvidas com essa situação.

A partir de 2014, todos os eleitores de São Luís vão votar através das urnas biométricas, as quais garantem maior segurança para o processo eleitoral. O parlamentar comentou sobre o assunto, “mas para que este processo (eleições) estar garantido, a população de nossa cidade, cerca de 680 mil eleitores precisam realizar o recadastramento e até o momento apenas 70 mil eleitores de São Luís já realizaram o recadastramento biométrico para as eleições do próximo ano”.

Os eleitores que ainda não fizeram o recadastramento devem se dirigir aos locais indicados pelo TRE-MA, têm até o dia 19 de dezembro. Caso contrário, terão o título de eleitor cancelado e ficarão impedidos de obter uma série de benefícios. Atualmente existem postos instalados no Fórum Desembargador Francisco Costa Francisco Sobrinho, na Avenida Senador Vitorino Freire, no bairro Areinha, no São Luís Shopping, nos Vivas Cidadãos (João Paulo, Jaracaty e Praia Grande), no Centro Social Urbano (CSU) da Cohab, na Assembleia Legislativa (AL) e no Tribunal de Justiça do Maranhão para realizar o recadastramento biométrico.

Na continuidade do seu discurso na Assembleia Legislativa, Afonso ainda lembrou sobre os prejuízos que podem sofrer aqueles que não realizarem a atualização eleitoral, “uma vez que, caso o título



Deputado Afonso Manoel alerta a população sobre o risco de ter título eleitoral cancelado em caso de não realização de recadastramento biométrico

eleitoral seja cancelado, a pessoa fica impedida de fazer solicitação de passaporte ou cartão do CPF, bem como inscrever-se em concurso público, renovar a matrícula em estabelecimentos oficiais de ensino e obter empréstimos, além de assumir cargos públicos. E assim ainda podemos alertar sobre os inúmeros concursos que vão ser realizados no Maranhão, entre eles o da nossa Assembleia e do Detran, ou seja, temos que alertar constantemente a nossa população sobre a importância de está em dia com a justiça eleitoral”, destacou.

Em relação a votação biométrica, o parlamento ainda destacou a importância para garantir a segurança no ponto fundamental da democracia, a eleição, “lembremos processo de votação, requer segurança máxima. A partir da biometria, o Tribunal Regional Eleitoral está assegurando a identificação do eleitor, porque agora ocorre a captura de

deze digitais, a foto e a assinatura digital, isso deixa o processo cada vez mais seguro, importante para todos nós”, reiterou.

Afonso Manoel aproveitou para lembrar que não somente São Luís, passa pelo recadastramento biométrico, outras oito cidades do Estado estão passando pelo procedimento em 2013. São elas: São José de Ribamar (91.033), Barra do Corda (56.620), Timbiras (19.224), Jenipapo dos Vieiras (11.083), Fernando Falcão (6.597), Coroatá (45.340) Pirapemas (12.603) e Peritoró (15.918). “Dessa forma podemos dizer que temos que alertar pelo menos 950 mil pessoas sobre a importância de realizar o recadastramento, esse número corresponde a quase 30% do contingente eleitoral do nosso Estado” enfatizou.

Nas eleições de 2012, outros 6 municípios já utilizam a biometria no anos passados, eles são: Raposa (14.710),

Paço do Lumiar (47.422), Cajapió (7.689), São Vicente de Férrer (13.726), São João Batista (16.089) e Benedito Leite (3.474). Neles, nas outras eleições, nenhum problema de fraude eleitoral foi detectado.

O peemedebista finalizou seu discurso lembrando da importância de que todos se envolvam nesse processo, “é importante que esta Casa seja parceira junto ao TRE e a população para que possamos difundir essa informação e facilitar esse recadastramento. Sei que já temos um ponto de atendimento dentro da Assembleia, mas devemos pedir que sejam criados mais pontos nas cidades envolvidas e principalmente divulgar a importância desse ato para a população”, concluiu.

FAZENDO O RECADASTRAMENTO - Para o agendamento do recadastramento biométrico, o eleitor tem que identificar no sistema o número de sua inscrição eleitoral ou nome completo, confirmar os dados que aparecem na tela e comparecer no dia e hora marcados com uma antecedência de 30 minutos. As pessoas devem ainda comparecer no local escolhido com a cópia e original de documento de identidade e de comprovante de residência (conta de água, luz, telefone, correspondência oficial), além do título eleitoral. Os homens nascidos até 31/12/1993 - que vão tirar título pela primeira vez - são obrigados a apresentar também cópia e original do comprovante de quitação militar. O não comparecimento no dia e horário marcado acarretará no cancelamento do agendamento, o que implica em marcação de um novo.

Agiotagem na mira de CPI

Deputado estadual Raimundo Cutrim coleta assinaturas para CPI e propõe ser investigado na Comissão de Ética na Assembleia. Parlamentar quer apuração detalhada por denúncias apontadas pela Seic

MARCUS SALDANHA

O deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD) recolheu na sessão de ontem da Assembleia Legislativa apenas seis assinaturas, entre os 30 presentes, para o Requerimento em que propõe a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Agiotagem. Além disso, Cutrim propõe ser investigado pela Comissão de Ética da Assembleia e acareação com Jhonantan (acusado da morte de Décio Sá), com o secretário de Segurança Pública, Aloísio Mendes, e a procuradora-geral de Justiça, Dra. Regina Lúcia.

Os deputados Bira do Pindaré (PT), Cleide Coutinho (PSB), Neto Evangelista (PSDB), Eliziane Gama (MD) e Zé Carlos (PT) assinaram ontem o requerimento de autoria do deputado Raimundo Cutrim, que pede a criação de uma CPI para apurar as denúncias de crimes de agiotagem praticadas no Maranhão. Caso não haja as 14 assinaturas dos deputados, Cutrim pode pedir que o requerimento vá para apreciação do Plenário.

Na justificativa do documento, o deputado afirma que a "Comissão Parlamentar de Inquérito detém o poder de investigar, o que possibilita a apuração detalhada das denúncias apontadas". E que "com a abertura da investigação, com o objetivo de mostrar a verdade, e ainda, possibilitar que os órgãos competentes apurem a responsabilidade civil, cri-

minal e administrativa dos envolvidos, poderemos convocar pessoas, supostamente envolvidas e, ao final, encaminhar ao Ministério Público para que as ações de ressarcimento se forem o caso, seja requerido".

Em outro Requerimento, o parlamentar pede abertura de sindicância, "e se for o caso, processo disciplinar", contra ele próprio, fato inédito na Assembleia, para investigar sua suposta relação com o assassinato do jornalista Décio Sá e com a rede de agiotagem no Maranhão. O autor do requerimento pediu ainda uma acareação com o assassino confesso de Décio Sá, Jhonathan Sousa; o secretário de Segurança Pública do Estado, Aloísio Mendes e a Procuradora Geral de Justiça, Regina Lúcia.

No documento, o autor do Requerimento explica que já usou a tribuna da Casa, falou com a imprensa e produziu Representações pedindo providências ao Ministério Público contra o que chama de "destratores", destacando o atual secretário de Segurança Pública do Estado e "alguns delegados escolhidos a dedo" pelo secretário.

No Requerimento, Cutrim critica novamente a atuação do MP, a quem já acusou de "engavetamento" da Representação que fez contra Aloísio Mendes e mais três delegados e de quebra de sigilo, conforme destacamos em reportagem anterior em O Imparcial.

"O Ministério Público, antes mesmo de chamá-los formalmente

para prestar informações, lhe forneceu cópias de tais Representações, permitindo o ingresso com medida preventiva (habeas corpus), perante o Tribunal de Justiça, para evitar a instauração de qualquer processo contra eles", afirma o deputado Raimundo Cutrim, que acusa sobre a quebra de sigilo das investigações.

41 Prefeitos

Cutrim, usando a Tribuna da Assembleia, criticou ainda a Secretaria de Segurança Pública do Estado por ter tornado pública a lista das prefeituras envolvidas com agiotagem antes do término das investigações: "Eu acredito que isso é uma irresponsabilidade e é uma falta de respeito para com a sociedade ao colocarem nomes de pessoas sem que, até então, a maioria sequer tenha sido ouvida".

O deputado afirmou ainda que o nome e a família dessas pessoas (prefeitos), "já estão sendo desmoralizados." O deputado destacou da lista o ex-prefeito Humberto Coutinho, "cuja história de vida eu conheço" e a prefeita de Penalva, "Uma pessoa que tem uma história de vida, de trabalho." O deputado ainda ponderou e pediu apuração antes de condenação: "Mas e se essas pessoas amanhã elas forem inocentes. Vamos apurar, gente! Vamos buscar os meios necessários para que, depois de julgados e condenados, aí sim, dizer que a pessoa tem realmente envolvimento com

agiotagem, com crime organizado ou com o que for."

A deputada Cleide Coutinho, que foi uma das que assinaram a favor do requerimento de instalação da CPI na Assembleia, falou em defesa do marido e ex-prefeito de Caxias, Humberto Coutinho (PSB), cujo nome aparece na lista dos supostos envolvidos com agiotagem: "Não se pode denegrir pessoas que sempre trabalharam pelo bem público sem comprovação de nada." A deputada lembrou ainda de uma matéria publicada em O Imparcial sobre os bens declarados da família: "O Jornal O Imparcial fez uma matéria enorme dizendo que eu era a deputada com maiores posses. E não mentiu. Eu falei o que eu tinha." E justificou sua assinatura entre os seis a favor da CPI: "Será que uma pessoa que fala e paga tudo que tem vai estar envolvida com agiotagem? Eu assinei para que se investigue como isso acontece", afirma a deputada.

Caso a Comissão de Ética, presidida pelo deputado Magno Bacelar (PV) aprove o Requerimento, Cutrim que tem foro privilegiado poderá escolher o horário e local para ser ouvido, além de propor as pessoas que serão ouvidas e a acareação que o deputado solicita deve ser realizada no âmbito da Comissão já que a CPI pode não ter a aprovação dos 42 deputados.



FOTOS: JR CELEDÔNIO/AGÊNCIA AL

Cutrim apresentou requerimento de instalação de CPI para investigar agiotagem e diz que está à disposição da Comissão de Ética



Cleide repudiou o ato da Secretaria de Segurança ter divulgado lista de prefeituras envolvidas em possível crime de agiotagem

■ PRECATÓRIOS

Prefeitura vai realizar pagamento parcelado

A Procuradoria Geral do Município (PGM) obteve decisão favorável do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para efetuar o pagamento da dívida dos precatórios vencidos até 31 de dezembro de 2012 em parcelas mensais e sucessivas até o final deste ano. A decisão visa preservar as finanças públicas do município e permitir a continuidade dos investimentos em obras e serviços de extrema urgente na cidade.

O pedido formulado pela PGM, junto ao Comitê Gestor de Contas Especiais de Pagamento de Precatórios, prevê o comprometimento da Prefeitura de São Luís em fazer a competente dotação orçamentária

na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014 para fins de depósito de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL), dividido em 12 parcelas mensais e assim proceder nos anos seguintes até encerrar sua pendência relativamente aos precatórios devidos.

O presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior, chegou a declarar inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, mas que no início deste mês o ministro do STF, Luiz Fux, determinou que os pagamentos já realizados devam continuar sendo pagos até que o assunto seja definitivamente decidido pela mais alta corte do país.

ASSEMBLEIA

Apenas 15% estão recadastrados

Deputado estadual Afonso Manoel alertou que apenas 70 mil dos 680 mil eleitores ludovicenses realizaram recadastramento biométrico. Em todo o estado mais de 950 mil deve realizar atualização

DIEGO EMIR

Iniciado desde o início do mês de março, o recadastramento biométrico começa a trazer preocupações. Até o momento somente cerca de 70 mil eleitores, dos 680 mil da capital maranhense, fizeram o procedimento. O número corresponde a 15% do eleitorado ludovicense. Pelo menos foi o que revelou o deputado estadual Afonso Manoel (PMDB) durante pronunciamento ontem na Assembleia Legislativa. O parlamentar aproveitou para acender o alerta e pediu uma maior preocupação por parte das instituições diretamente envolvidas com essa situação.

A partir de 2014, todos os eleitores de São Luís vão votar através das urnas biométricas, as quais garantem maior segurança para o processo eleitoral. O parlamentar teceu comentários sobre o assunto: "Para que este processo (eleições) este-

ja garantido, a população de nossa cidade, cerca de 680 mil eleitores, precisa realizar o recadastramento. Até o momento, apenas 70 mil aptos a votar em São Luís já realizaram o recadastramento biométrico para as eleições do próximo ano".

Os eleitores que ainda não fizeram o recadastramento devem se dirigir aos locais indicados pelo TRE-MA. O prazo vai até o dia 19 de dezembro. Caso contrário, vão ter o título de eleitor cancelado e ficarão impedidos de obter uma série de benefícios. Atualmente existem postos instalados no Fórum Desembargador Francisco Costa Francisco Sobrinho, na Avenida Senador Vitorino Freire, no bairro Areinha, no São Luís Shopping, nos Vivas Cidadãos (João Paulo, Jaracaty e Praia Grande), no Centro Social Urbano (CSU) da Cohab, na Assembleia Legislativa (AL) e no Tribunal de Justiça do Maranhão para realizar o recadastramento biométrico.

Na continuidade do seu discurso na Assembleia Legislativa, Afonso ainda lembrou sobre os prejuízos que podem sofrer aqueles que não realizarem a atualização eleitoral, "uma vez que, caso o título eleitoral seja cancelado, a pessoa fica impedida de fazer solicitação de passaporte ou cartão do CPF, bem como inscrever-se em concurso público, renovar a matrícula em estabelecimentos oficiais de ensino e obter empréstimos, além de assumir cargos públicos. E assim ainda podemos alertar sobre os inúmeros concursos que vão ser realizados no Maranhão, entre eles o da nossa Assembleia e do Detran, ou seja, temos que alertar constantemente a nossa população sobre a importância de está em dia com a justiça eleitoral", destacou.

Segurança biométrica

Em relação a votação biométrica, o parlamentar ainda destacou a importância para garantir a segurança no ponto fundamental da democracia, a eleição. "Lembremos que o processo de votação, requer segurança máxima. A partir da biometria, o Tribunal Regional Eleitoral está assegurando a identificação do eleitor, porque agora ocorre a captura de dez digitais, a foto e a assinatura digital, isso deixa o processo cada vez mais seguro, importante para todos nós", reiterou.

SAIBA MAIS

Fazendo o recadastramento

● Para o agendamento do recadastramento biométrico, o eleitor tem que identificar no sistema o número de sua inscrição eleitoral ou nome completo, confirmar os dados que aparecem na tela e comparecer no dia e hora marcados com uma antecedência de 30 minutos. As pessoas devem ainda comparecer no local escolhido com a cópia e original de documento de identidade e de compro-

vante de residência (conta de água, luz, telefone, correspondência oficial), além do título eleitoral. Os homens nascidos até 31/12/1993 - que vão tirar título pela primeira vez - são obrigados a apresentar também cópia e original do comprovante de quitação militar. O não comparecimento no dia e horário marcado acarretará no cancelamento do agendamento, o que implica em marcação de um novo.



JR CELEDONIO/AGENCIAAL

Afonso alerta a população sobre o risco de ter título eleitoral cancelado em caso de não realização de recadastramento biométrico



Cerca de 680 mil eleitores, precisam realizar o recadastramento e até o momento apenas 70 mil aptos a votar em São Luís já realizaram o recadastramento biométrico para as eleições do próximo ano

Afonso Manoel,
deputado estadual

Outras cidades

Afonso Manoel aproveitou para lembrar que não somente São Luís, passa pelo recadastramento biométrico. Outras oito cidades do estado estão passando pelo procedimento em 2013. São elas: São José de Ribamar (91.033), Barra do Corda (56.620), Timbiras (19.224), Jenipapo dos Vieiras (11.083), Fernando Falcão (6.597), Coratá (45.340) Pirapemas (12.603) e Peritoró (15.918). “Dessa forma podemos dizer que temos que alertar pelo menos 950 mil pessoas sobre a importância de realizar o recadastramento, esse número corresponde a quase 30% do contingente eleitoral do nosso estado” enfatizou.

Nas eleições de 2012, 6 municípios já utilizam a biometria no ano passado, eles são: Raposa (14.710), Paço do Lumiar (47.422), Cajapió (7.689), São Vicente de Férrer (13.726), São João Batista (16.089) e Benedito Leite (3474). Neles, nas outras eleições, nenhum problema de fraude eleitoral foi detectado.

O peemedebista finalizou seu discurso lembrando a importância de que todos se envolvam nesse processo. “É importante que esta Casa seja parceira junto ao TRE e a população para que possamos difundir essa informação e facilitar esse recadastramento. Sei que já temos um ponto de atendimento dentro da Assembleia, mas devemos pedir que fossem criados mais pontos nas cidades envolvidas e principalmente divulgar a importância desse ato para a população”, concluiu.

São Luís

Moradores do Caratatiua elogiam audiência com TJ



Dúvidas, reclamações, elogios e sugestões acerca do funcionamento da Justiça estadual foram destaques da primeira audiência pública do ano promovida pela Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão. O encontro na União de Moradores do Caratatiua, na sexta-feira (26), foi conduzido pelo desembargador-ouvidor Lourival Serejo, e teve como foco aproximar a comunidade do Judiciário.

Durante o ato a comunidade esclareceu dúvidas sobre andamento processual, morosidade, estrutura e acesso à Justiça, indenizações por danos morais e materiais, ocupação indevida de imóveis e empréstimos.

O presidente da União de Moradores, Cleones Araújo Silva, aprovou a iniciativa do Judiciário. "Ficamos satisfeitos e honrados com a presença do Judiciário no nosso bairro. Foi uma oportunidade para tirarmos dúvidas e conhecermos mais a Justiça", ressaltou.

Para a professora Adalziria Sousa da Silva, o evento contribuiu para esclarecer os moradores. "A partir de agora, estou mais conscien-

te dos meus direitos e mais segura para lutar por eles", afirmou.

As manifestações foram registradas e serão encaminhadas a setores do Judiciário para providências. Os interessados serão informados por e-mail ou telefone quanto ao andamento das demandas.

"É no Judiciário que desembocam os principais anseios e incertezas da sociedade. Queremos saber como o cidadão está sendo atendido pelo Judiciário e, assim, aperfeiçoarmos serviços e cumprirmos efetivamente o exercício da cidadania", enfatizou o ouvidor.

O coordenador René Carvalho Bayma garante que a aproximação do órgão com comunidades permite esclarecer, em tempo hábil, assuntos pertinentes. "Queremos extinguir a ideia de que o Judiciário é inatingível e aproximá-lo cada vez mais da sociedade", afirma.

Detalhes da audiência serão formatados em relatório a ser enviado à presidência do TJMA, Corregedoria Geral da Justiça e Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Polícia

SPCI apresenta homicida preso no Tocantins

Foi apresentado, nesta segunda-feira (29), na Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), Jânio Erondir Carvalho de Noronha, 31 anos. Ele, segundo a polícia, é suspeito de ser o autor dos dois homicídios ocorridos, no mês de março, na cidade de Governador Newton Belo. Contra ele havia mandado de prisão preventiva expedido pela Comarca de Zé Doca.

Jânio foi detido durante uma ação conjunta da SPCI com a Polícia Civil de Tocantins. As vítimas foram identificadas como Antoniel da Silva, conhecido como Pororoca e Raimundo da Costa,

o Bodinho. Os crimes causaram grande comoção na população.

Os trabalhos de investigação contaram com o apoio, também, da delegada Maria de Jesus Sousa Melo e uma equipe de investigadores, que realizaram diligências que culminou nos achados dos cadáveres e identificação da autoria do crime. Um dos corpos foi encontrado em uma cova rasa no quintal do sítio do suspeito localizado na Rua do Beco da Vavá, o outro estava enterrado em um terreno baldio nas proximidades da residência dele, no centro de Governador Newton Belo.

Durante as investigações, diversas denúncias e informações anônimas levaram a polícia a ligar o envolvimento de Jânio Erondir com os dois crimes. O delegado Carlos Veloso, adjunto da SPCI disse que testemunhas informaram que as duas vítimas foram vistas minutos antes do fato em companhia de Jânio.

Com base nos autos, a juíza Denise Pedrosa Torres, titular da 1ª Vara Criminal de Zé Doca expediu o mandado de prisão preventiva em desfavor de Jânio. "Após as oitivas de testemunhas e, principalmente, da família do autor solicitamos junto à Justiça pela prisão preventiva", contou o de-

legado Carlos Veloso.

A prisão de Jânio Erondir aconteceu na quarta-feira (24) por equipes da Polícia Civil da cidade de Palmas. No momento da prisão, Jânio Erondir estava internado no Hospital Getulio Vargas, com lesões causadas durante um assalto. Na ocasião, os criminosos tentaram subtrair de Jânio a quantia de mil e duzentos reais. "Com base nesses levantamentos, conseguimos chegar a localização do foragido em um hospital no Tocantins, onde tivemos apoio dos policiais civis daquela cidade no cumprimento do mandado", completou o delegado Veloso.

■ Mais sete varas

O Tribunal de Justiça instala oito varas judiciais nesta terça-feira (30), no Fórum de São Luís (Calhau). A solenidade terá início às 9h e será conduzida pelo presidente da Corte, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

Sete varas irão atuar na esfera cível e a oitava Vara de Interesses Difusos e Coletivos – uma novidade no Judiciário estadual.

As novas unidades irão dinamizar a estrutura de serviços da Justiça de 1º grau, e duplicar a capacidade de atendimento à demanda judicial na capital.

PREFEITURA DE SL É AUTORIZADA A FAZER PAGAMENTO PARCELADO DOS PRECATÓRIOS

PÁGINA 3

Prefeitura é autorizada a realizar pagamento parcelado dos precatórios

A Procuradoria Geral do Município (PGM) obteve decisão favorável do Tribunal de Justiça para efetuar o pagamento da dívida dos precatórios vencidos até 31 de dezembro de 2012 em parcelas mensais e sucessivas até o final deste ano. A decisão visa preservar as finanças públicas do município e permitir a continuidade dos investimentos em obras e serviços de extrema urgência na cidade.

O pedido formulado pela PGM, junto ao Comitê Gestor de Contas Especiais de Pagamento de Precatórios, prevê o comprometimento da Prefeitura de São Luís em fazer a competente dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014 para fins de depósito de 1% da Receita Corrente

Líquida (RCL), dividido em 12 parcelas mensais e assim proceder nos anos seguintes até encerrar sua pendência relativamente aos precatórios devidos.

O presidente do TJ-MA, desembargador Guerreiro Júnior, chegou a declarar inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, que trata do Regime Especial dos Precatórios, mas que no início deste mês o ministro do STF, Luiz Fux, determinou que os pagamentos já realizados devam continuar sendo pagos até que o assunto seja definitivamente decidido pela mais alta corte do país.

O procurador-geral do Município, Marcos Braid, lembrou que além da gravíssima situação de

dificuldade financeira encontrada pela atual gestão municipal, outros argumentos pesaram para que o TJ-MA deferisse o pleito do Município de São Luís. Entre eles estão: as constantes quedas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); a inexistência de previsão da administração anterior para o pagamento das dívidas alocadas na Unidade Orçamentária (RESEMFAZ) quando da aprovação da LOA de 2013; e os restos a pagar de elevada monta.

A Procuradoria Geral do Município, em seu requerimento, anexou um balancete da despesa do RESEMFAZ, que é a responsável pelo pagamento dos precatórios do Município, atestando serem verdadeiras as alegações.

Bradesco é condenado a indenizar cliente baleado

O Bradesco foi condenado a pagar R\$ 300 mil a título de danos moral e estético, R\$ 124 mil por dano material e R\$ 2.750 de pensão por tempo suficiente ao restabelecimento de um rapaz vítima de assalto nas dependências do banco. Ele foi alvejado no rosto por um tiro de fuzil, que causou destruição parcial da face. A decisão é da 1ª Câmara Cível do TJMA, que manteve sentença do juiz Douglas Amorim, da 3ª Vara Cível da capital.

O fato ocorreu em janeiro de 2008, quando o rapaz, funcionário de uma loja de móveis, estava a trabalho na agência da instituição financeira em Maracaçumé, que foi invadida por seis homens fortemente armados anunciando assalto, fazendo reféns e ameaçando os clientes de morte. Eles trocaram tiros com a polícia e uma bala atingiu o rosto da vítima que foi submetido a cirurgias em São Luís com custo total de R\$ 124.551,66.

Ele alegou não ter condições de arcar com a despesa e narrou ter sofrido demasiadamente com o fato, com sequelas psicológicas irreparáveis. Apesar das diversas cirurgias, seu rosto ficou completamente

deformado.

O Bradesco recorreu da condenação pedindo a extinção do processo, negando sua obrigação de indenizar porque não seria o responsável pelo prejuízo sofrido pela vítima, pois os disparos teriam sido feitos fora da agência.

O desembargador Jorge Rachid, relator do recurso, citou entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para refutar os argumentos do banco, considerando que as instituições financeiras possuem responsabilidade de salvaguardar a integridade dos seus clientes ou transeuntes, pois roubos e furtos, longe de constituírem caso fortuito ou de força maior, são riscos inerentes à atividade econômica.

Ele ressaltou que a precariedade do sistema de segurança do banco foi demonstrada pelo fato de os clientes terem sido levados como reféns, o que fez gerar o dano causado. "A indenização deve ser mantida, tendo em vista que houve risco de morte e o rapaz teve sua face desconstituída, ficando impossibilitado de trabalhar", avaliou.

(Ascom do TJ-MA)

❖❖Dúvidas, reclamações, elogios e sugestões acerca do funcionamento da Justiça estadual foram destaques da primeira audiência pública do ano promovida pela Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão. O encontro na União de Moradores do Caratatiua, na sexta-feira (26), foi conduzido pelo desembargador-ouvidor Lourival Serejo, e teve como foco aproximar a comunidade do Judiciário.

Pai reconhece filha na Justiça após 19 anos

Na sexta-feira (26), o policial Sérgio Melo dos Santos, 39 anos, compareceu à Justiça, junto com a estudante Sandy Andréia Almeida Leão, 19 anos, para fazer o reconhecimento voluntário da paternidade da jovem. Eles buscaram juntos o projeto "Reconhecer é Amar!". Felizes e emocionados com o momento, eles contaram que convivem desde que a menina tinha 10 anos e agora, com a facilidade do projeto, quiseram fazer constar o nome do pai na certidão de nascimento da estudante.

A iniciativa de pais que buscam o projeto para o reconhecimento voluntário de paternidade não é comum, segundo o juiz titular da 7ª Vara da Família, Jesus Guanaré de Sousa Borges. Cerca de 90% dos casos quem faz a indicação da paternidade é a mãe. No entanto, o objetivo principal do projeto "Reconhecer é Amar!": incentivar os pais a reconhecerem seus filhos voluntariamente.

Ausência – Mesmo tendo feito a indicação, algumas mães não compareceram às audiências concentradas do projeto marcadas para sexta-feira (26), na 7ª Vara da Família.

Paulo Sérgio Neto, 36 anos, chegou cedo ao Fórum Des. Sarney Costa para fazer o reconhecimento espontâneo do filho, mas a mãe do menino não compareceu à audiência. Segundo ele, foi a segunda vez que isso aconteceu. Disse também que a iniciativa da indicação da paternidade partiu dele e que agora pretende ingressar com uma ação de investigação de paternidade porque quer colocar seu nome na certidão de nascimento do garoto.

As audiências concentradas, presididas pelo juiz Guanaré de Sousa Borges, começaram às 8h30. Nas três primeiras, os pais estavam presentes, mas as mães não compareceram. Participou também a promotora de justiça Maria do Socorro Assunção

Gomes.

DNA – Quem também esteve na 7ª Vara da Família nesta sexta foi Leão César Santos, 53 anos. Ele fez a indicação do seu suposto pai, Magnus Rex Maluf, 75 anos. Os dois participaram da audiência e como não houve o reconhecimento espontâneo de paternidade, eles foram encaminhados pelo para exame de DNA, no Laboratório Forense de Biologia Molecular, que funciona no Fórum de São Luís. O filho disse ter conhecimento do pai desde que tinha 6 anos, mas só agora pediu para constar em sua certidão de nascimento o nome do pai.

Dignidade – Para o juiz Jesus Guanaré de Sousa Borges a paternidade reconhecida dá dignidade ao ser humano; que vai saber sua origem. "Portanto tem sido um trabalho importantíssimo", acrescentou. O magistrado destacou também que o projeto "Reconhecer é Amar!" tem contri-

buído muito pela praticidade de o exame de DNA ser realizado no próprio Fórum de São Luís e sem custos para as partes. O resultado do teste sai em 15 dias.

O "Reconhecer é Amar!" é uma iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, criado com base no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os interessados – pais que desejam reconhecer voluntariamente ou mães e filhos que desejam indicar a paternidade – devem procurar o posto do projeto, localizado no 5º andar do Fórum Des. Sarney Costa, para a indicação da paternidade ou o reconhecimento voluntário. Na ocasião, deve ser apresentada a documentação do filho. No caso de indicação, é marcada uma data para que o pai compareça a uma audiência em uma das Varas da Família, de acordo com o cronograma das audiências concentradas.

(Ascom da CGJ)

■ Recadastramento biométrico (I)

Iniciado em março, o recadastramento biométrico começa a trazer preocupações. Até o momento somente 70 mil, dos 680 mil eleitores de São Luís, fizeram o procedimento. O número corresponde a 15% do eleitorado ludovicense.

Diante desse fato, o deputado Afonso Manoel acendeu o alerta e pediu uma maior preocupação por parte das instituições diretamente envolvidas com essa situação.

A partir de 2014, todos os eleitores de São Luís vão votar por meio das urnas biométricas, que garantem maior segurança do processo eleitoral.

■ Recadastramento biométrico (II)

Os eleitores que ainda não fizeram o recadastramento devem se dirigir aos locais indicados pelo TRE-MA, até o dia 19 de dezembro.

Caso contrário, terão o título cancelado e ficarão impedidos de obter uma série de benefícios.

Atualmente existem postos instalados no Fórum Desembargador Francisco Costa Francisco Sobrinho, na Areinha, no São Luís Shopping, nos Vivas Cidadãos (João Paulo, Jaracaty e Praia Grande), no Centro Social Urbano (CSU) da Cohab, na Assembleia Legislativa (AL) e no Tribunal de Justiça do Maranhão para realizar o recadastramento biométrico.

CPI RECEBE RESULTADO DE PESQUISA

Três municípios maranhenses estão entre as 99 cidades com maior índice de homicídios contra mulheres

Dos 99 municípios brasileiros com os maiores índices de homicídios contra mulheres, três estão no Maranhão: Açailândia, Balsas e Santa Luzia do Tide. Em 2012, foram identificadas 45 rotas de tráfico de mulheres nos municípios de São Luís e Caxias, sendo o Porto do Itaqui, na capital, uma delas.

Os dados são de uma pesquisa sobre "Violência contra as Mulheres e Poder Público", feita pela professora e doutora da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), Lourdes de Maria Lei-

tão Nunes Rocha, ex-secretária de Estado da Mulher, passada, ontem, à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a violência contra a mulher e as denúncias de omissão por parte do poder público. "O tráfico de mulheres é, hoje, um dos negócios mais rentáveis no mundo", afirmou Lourdes Leitão.

Segundo a professora, no Maranhão, dos 217 municípios, só existem 18 Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres instaladas, sendo que nem todas funcionam a contento.

"Em 199 municípios do estado do Maranhão não tem nenhum serviço especializado de atendimento às mulheres", observou.

"No Maranhão, temos duas "Casas Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência", uma em São Luís e outra em Imperatriz, mantidas pelo Tribunal de Justiça do Estado; duas Varas de Justiça, uma em São Luís e outra em Imperatriz; e três Promotorias, sendo duas em São Luís e uma em Imperatriz. Até janeiro deste ano havia 2.735 processos em tramitação na Justiça rela-

cionados a crimes de violência contra as mulheres", revelou a pesquisadora.

"Não podemos cuidar só da assistência às mulheres vítimas de violência. É muito importante cuidar também da prevenção. Este é um problema da sociedade, do estado e de todas as políticas públicas. Espero que esta CPI dê resultados efetivos, encontrando caminhos para minorar o sofrimento de milhares de mulheres que são vítimas de violência", declarou Lourdes Leitão.